



INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UNIVERSIDADES FEDERAIS: ESTUDO SOBRE A DIFUSÃO DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Palavras-Chave: estudantes com deficiência, universidades federais, Núcleos de Acessibilidade e Inclusão.

Autores(as):

João Pedro Pinto Cartaxo Barreto, FE – Unicamp

Profª. Drª. Ana Maria Fonseca de Almeida (orientadora), FE - Unicamp

INTRODUÇÃO

Existe hoje no Brasil um marco legal que orienta a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Esse marco legal inclui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015 (Brasil, 2015), que, em seu quarto capítulo, incumbe ao Poder Público “garantir acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”. Inclui também a Lei nº. 13.409, de 2016, que cria as cotas para Pessoas com Deficiência no programa geral de reservas de vagas em universidades federais.

Essas leis foram precedidas pelo Programa Incluir (Brasil, 2004, 2005, 2008), que funcionou entre 2005 e 2010, cujo objetivo era “fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes” (Brasil, 2018), isto é, “espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área”.

Depois de vinte anos, ainda não foram realizados estudos para avaliar a difusão dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Os estudos existentes dedicam-se principalmente a descrever núcleos ligados a instituições específicas. Com isso, não oferecem condições para se compreender de forma mais completa como as universidades vêm se organizando para responder às demandas da lei.

Essa pesquisa teve como objetivo identificar as universidades federais que criaram núcleos de acessibilidade, examinar o quão homogêneos ou heterogêneos são os modelos de organização e ação propostos por cada instituição, identificar os profissionais e áreas que têm sido mais mobilizados nos serviços oferecidos e, finalmente, como se distribuem, no território

nacional, as estratégias de acolhimento e acompanhamento dos estudantes que fazem parte do público-alvo da educação especial.

METODOLOGIA

Com base na literatura sobre mudança organizacional e, em especial, nos estudos realizados na perspectiva dos “novo institucionalismo” numa perspectiva sociológica (Powell, DiMaggio, 1991), assim como nos estudos sobre intervenções de intelectuais na esfera pública (Eyal), o estudo explorou a ideia de que a criação dos núcleos pode ser entendida como uma mudança organizacional complexa que exige mudança na forma de se perceber a missão das universidades. Por isso, elas não acontecem por acaso, mas são resultado de coerções, incentivos e ativismo.

A pesquisa explorou, então, as seguintes hipóteses.

- a) A criação dos núcleos foi motivada pela coerção advinda do marco legal ou por indução do Programa Incluir.
- b) Além disso, ela contou com a atuação de ativistas no interior de cada universidade para que pudesse ocorrer de fato.

Com base nessas hipóteses, esperávamos uma grande heterogeneidade com relação aos núcleos, em especial com relação aos seguintes aspectos: momento de criação, forma de organização, tipo de serviços oferecidos.

Para explorar essas hipóteses, a primeira parte da pesquisa foi dedicada a um “*web census*” (Powell, Horvath, Brandtner, 2016), o que permitiu localizar e analisar as páginas das universidades na internet. Elas foram consideradas como “uma forma de representação e um tipo de narrativa” (Powell et al. 2016: 102) sobre as iniciativas das universidades com relação a essa questão. As informações ali encontradas foram organizadas em uma planilha de acordo com as categorias definidas para a pesquisa. A planilha serviu como ferramenta exploratória para as hipóteses da pesquisa. Foram examinadas, em particular, as datas de criação do setor, o nome dado a ele, a posição no organograma da universidade, as áreas de atuação (tipos de deficiência atendidos e serviços oferecidos), a composição do setor em termos do número de pessoas alocadas, sua formação e especialização.

Na segunda parte da pesquisa, foram realizadas entrevistas com os responsáveis por esses setores em seis universidades federais de diferentes regiões (UFBA, UFMG, UFSC, UFAC, UFU e UFV). Essas entrevistas tiveram como objetivo levantar informações, a partir do ponto de vista dos entrevistados, sobre os processos e dinâmicas que levaram à criação e implantação da unidade, os principais resultados alcançados e as dificuldades enfrentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 1 indica que apenas pouco mais de um terço das universidades federais dispunham de um site para informar sobre seu Núcleo de Acessibilidade no final de 2024. No caso dos outros dois terços, a ausência de site não significa que não exista um núcleo, mas pode sinalizar uma maior precariedade.

Esse levantamento permitiu evidenciar também que o surgimento dos núcleos não ocorreu de forma homogênea em todas as universidades federais. Como mostra o Gráfico 2, foi identificada uma forte variação em termos do período em que esses surgiram nas diferentes universidades e nas diferentes regiões do país.

O primeiro núcleo foi criado em 2004, ano em que o MEC lançou o programa INCLUIR, com editais anuais para aporte de recursos para criação de núcleos de acessibilidade desde 2005.

Vários núcleos foram criados entre 2015 e 2016. Isso parece corresponder à promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) em 2015, e à alteração da lei de cotas em 2016, que passou a abranger as pessoas com deficiência.

Isso mostra que a criação dos núcleos parece estar diretamente ligada às investidas legislativas do governo federal, tanto na perspectiva da educação inclusiva geral, quanto às específicas ao ensino superior, que demandam das universidades sistematização do acolhimento de estudantes com deficiência. O Gráfico 2 mostra os três momentos em que surgiu uma grande quantidade de núcleos. Em 2008, quando foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI); em 2014, anterior ao

Contagem de site próprio do Núcleo

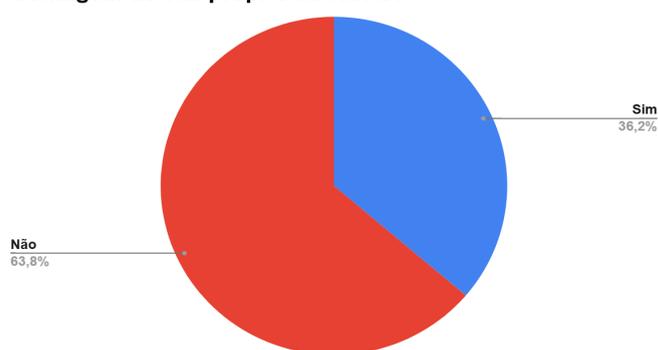


Gráfico 1 - Proporção de universidades federais que dispõem de um site dedicado ao NAI, com informações públicas - 2024. Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados obtidos via web census

Brasil - Universidades Federais - Número de núcleos de acessibilidade criados por ano - 2004-2025

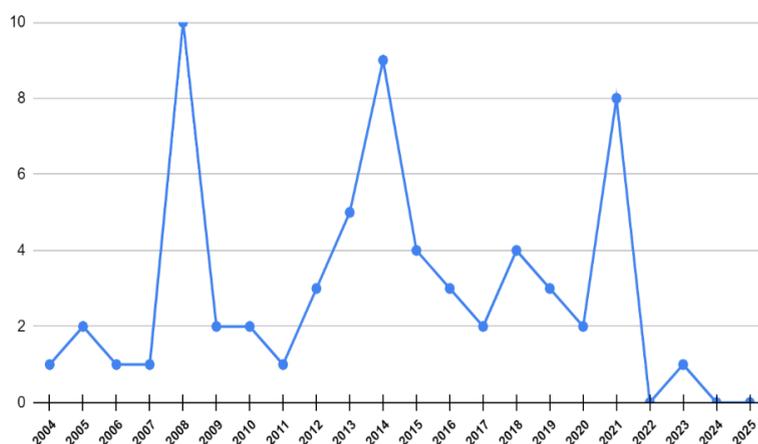


Gráfico 2: Número de universidades federais que contam com Núcleos de Acessibilidade por ano - 2004-2025. Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados obtidos nos websites das universidades, em documentação encaminhada por elas ou informação fornecida aos autores por funcionários dos núcleos. Não foi possível obter informações para cinco universidades federais: UFR, Unir, Unifap, UFABC, UFTPR.

estabelecimento da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e em 2021, para o qual não foi possível encontrar uma legislação específica.

As entrevistas mostraram que, de fato, a criação dos núcleos ocorreu em grande parte em resposta à indução do governo federal. No entanto, elas mostraram também que a capacidade da universidade de reagir a essa indução esteve em geral relacionada com a atuação de um ou mais indivíduos interessados que militaram internamente pela criação dos núcleos.

Por fim, as entrevistas mostraram como o acesso desigual a recursos para contratação de pessoal e mesmo para a infraestrutura dos núcleos foi decisivo na heterogeneidade do processo quando visto numa perspectiva nacional - enquanto algumas universidades puderem oferecer uma ampla gama de serviços, outras ainda atuam de forma mais limitada.

CONCLUSÕES:

A pesquisa mostrou que, de fato, muitos desses núcleos surgiram a partir de exigências legais e iniciativas do poder público, o que reforça o papel central das políticas estatais na criação desses espaços. No entanto, ela não teria sido possível sem o protagonismo de determinados agentes sociais dentro das instituições e os recursos disponíveis, revelando a complexidade dos arranjos institucionais necessários à consolidação de ações inclusivas no ensino superior.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a efetivação da inclusão no ensino superior exige mais do que a simples adequação às normas legais. Requer um compromisso institucional contínuo, que envolva planejamento estratégico, articulação entre setores e investimentos na formação das equipes responsáveis. Fortalecer e consolidar os Núcleos de Acessibilidade deve ser compreendido como uma ação estruturante, indispensável para garantir que o direito à educação se realize, de fato, de maneira plena e equitativa.

BIBLIOGRAFIA

1. *Estudos sobre metodologia de pesquisa - entrevista e estudos de websites de organizações complexas*
Eyal, G., & Buchholz, L. (2010). From the sociology of intellectuals to the sociology of interventions. *Annual Review of Sociology*, 36(1), 117–137. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102625>
Eyal, G. (2013). For a sociology of expertise: The social origins of the autism epidemic. *American Journal of Sociology*, 118(4), 863–907. <https://doi.org/10.1086/668448>
Almeida, Ronaldo. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In Alexandre Abdal; Maria Carolina Vasconcelos Oliveira; Daniela Ribas Gleizzi (Orgs). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais – Bloco qualitativo*. São Paulo: Sesc/SP/ Cebrap, 2016, p.60- 72.
Becker, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
Powell, W., Horvath, A., & Brandtner, C. (2016). Click and Mortar: Organizations on the Web*. *Research in Organizational Behavior*, 36. <https://doi.org/10.1016/j.riob.2016.07.001>
Powell, W. W., & DiMaggio, P. (Eds.) (1991). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. University of Chicago Press. <http://catdir.loc.gov/catdir/toc/uchi051/91009999.html>

2. Documentos

Brasil. (2005). *Programa INCLUIR: Acessibilidade na educação superior*. Secretaria de Educação Superior, Ministério da Educação. <https://www.gov.br/mec>

Brasil (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Brasil (2016). *Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio por meio do sistema de cotas. Diário Oficial da União, Brasília, DF.